



Colóquio "Pobreza, Exclusão Social e Políticas Públicas" decorreu ontem na Universidade dos Açores e o acesso a habitação pública foi o tema central das intervenções

# Estratégia habitacional pode ajudar a combater a pobreza

Investigadora da UAc, Piedade Laland, alerta para a necessidade de haver mais habitação pública e acessível como forma de combater a pobreza e exclusão social na Região. No entanto, critica a guetização dos bairros sociais

**Carolina Moreira**  
carolinamoreira@acorianooriental.pt

A investigadora e professora da Universidade dos Açores (UAc), Piedade Laland, defendeu ontem a necessidade de combater a pobreza e a exclusão social na Região através de uma estratégia habitacional que não promovia a "guetização" da população.

Numa intervenção realizada no colóquio "Pobreza, Exclusão Social e Políticas Públicas", que decorreu ontem no campus da UAc de Ponta Delgada, a professora universitária enumerou algumas propostas de combate à carência habitacional, tais como a necessidade de se investir mais em habitação pública e acessível e em "cooperativas de habitação pública geridas pela comunidade local", deixando no entanto críticas a políticas de habitação

social que têm "promovido, muitas vezes, situações de segregação socioespacial e desintegração urbana".

"É preciso conferir centralidade às periferias habitacionais, porque juntamos famílias com baixo rendimento, com baixo nível de escolaridade, com problemas de saúde, de estruturação familiar, com dependências, e ainda agravamos o problema colocando-os em cima uns dos outros", salientou na palestra.

Segundo Piedade Laland, "concentramos as famílias em bicos e isso gera isolamento das habitações, porque impede a mobilidade, exclui uma parte da população e não há sentido comunitário, agrava-se os conflitos e reduz-se a solidariedade, além de se facilitar comportamentos desviantes", considerou.

A professora universitária defende a construção de habitação social e até municipal e programas de apoio ao arrendamento acessível e com opção de compra, salientando que "Portugal tem apenas 2% de habitação pública ou cooperativa quando a média europeia é de 12%".

Contudo, alerta para a necessidade de se promover ao mesmo tempo ligações de transportes públicos, espaços de convívio, tais como parques infantis, programação cultural e espaços de produção alimentar para "fomentar a vida comunitária do bairro".

"Podia-se, por exemplo, promover as festas do Espírito Santo para aproximar a comunidade e promover o sentido de entreajuda. O que interessa é que se mantenha uma abordagem integrada e inclusiva, por-

que a centralidade da comunidade pode reconstruir a vida dos seus habitantes", destacou.

Na ocasião, Piedade Laland realçou ainda a necessidade de "apoiar e investir na transição energética para baixar os custos das habitações das famílias e qualificar os locais, manter o edificado, reforçar medidas de higiene pública, melhorar a qualidade dos materiais de construção... Criar condições para que não sejam casas de refúgio", frisou, destacando que a "habitação tem de ser mais do que um alojamento".

A investigadora aproveitou a oportunidade também para constatar a necessidade de "repensar o paradigma sociológico" da "condição de proprietário como premissa de inclusão e de afirmação identitária".

"Em Portugal, o primeiro objetivo da maior parte das pessoas

é ter uma casa. E este ideal talvez explique a presença dos jovens em casa dos pais, porque atualmente não conseguem alcançar facilmente este objetivo", destacou, ressaltando que este paradigma "é mais intenso nos Açores que a nível nacional".

"Nos Açores, a percentagem de arrendamentos mais caros é mais significativa que a nível nacional e o valor mediano de avaliação bancária que está a aumentar significativamente desde 2016", apontou, salientando que se "torna cada vez mais difícil adquirir ou arrendar uma casa" e que, por isso, "as políticas de habitação refletem as políticas de combate à pobreza".

No colóquio que decorreu ontem durante todo o dia na UAc, a relação entre habitação e pobreza foi central, salientando também Rita Gouveia e Patrícia



Coelho, investigadoras da Universidade de Lisboa e da Universidade do Algarve, respetivamente, que “a crise no acesso à habitação não escolhe idades”.

“As pessoas mais velhas têm mais problemas de mobilidade habitacional e encontram mais entraves no acesso. Além disso, questões como casas com escadas, pouco confortáveis, com barreiras arquitetónicas também podem inviabilizar um envelhecimento em condições”, destacaram.

Quanto aos jovens, as investigadoras realçaram que a crise na habitação se associa “a questões como vínculos laborais precários, situações financeiras mais fragilizadas e tudo isso tem impacto nos projetos pessoais e familiares futuros dos jovens, nomeadamente no curso de vida”.

“Para alguns acelera algumas etapas, por exemplo a coabitação de um casal por uma questão de viabilidade económica ou então o adiamento. Também temos o efeito boomerang, em que as pessoas que já tinham independência voltam para casa dos pais e isso tem impacto na vida de todos. Ou então as pessoas vão viver para localidades que não desejavam ou emigram”, explicaram, considerando mais uma vez que a solução terá de passar por mais “habitação social e acessível”.

A mesma opinião foi partilhada pelo investigador da Universidade de Coimbra, Fernando Fontes, mas para a situação de pessoas com deficiência.

“As pessoas com deficiência enfrentam um conjunto de barreiras estruturais na sua vida, ao nível da educação que tem impacto na sua empregabilidade, no acesso ao mercado de trabalho que tem a ver com o preconceito das entidades empregadoras face às suas capacidades de trabalho, e até mesmo na constituição de família”, explicou.

Esta conjuntura, associada ao elevado custo do arrendamento ou aquisição de habitação, faz com que “as pessoas com deficiência não tenham rendimentos suficientes (grande parte vive de subsídios baixos, pouco mais de 30% tem trabalho) e não se consigam autonomizar financeiramente”, constatou.

Para Fernando Fontes, “a curto e médio prazo, a solução seria o acesso à habitação social e acessível e mais investimento dos governos. Mas a solução definitiva será enfrentar todas as barreiras estruturais colocadas às pessoas com deficiência”, frisou. ■

# Risco de pobreza de jovens licenciados aumentou 10%

A taxa de risco de pobreza de jovens licenciados aumentou de 8,5 para 18,8%, entre 2020 e 2021. Mas investigador garante que o ensino superior em Portugal ainda protege da situação de pobreza

**Carolina Moreira**  
carolinamoreira@acorianoriental.pt

Dados do Observatório Nacional de Luta contra a Pobreza revelam que, entre os anos de 2020 e 2021, a taxa de risco de pobreza entre jovens licenciados aumentou 10 pontos percentuais, ao subir de 8,5% para 18,8% em apenas um ano.

Apesar das estatísticas, o investigador e professor da Universidade dos Açores (UAç), Fernando Diogo, frisa que Portugal continua a destacar-se, no con-

junto da União Europeia, por ser “um país onde ter o ensino superior protege bastante da pobreza”.

“O que se passa é que a situação portuguesa tem vindo a transformar-se, implicando que esta proteção muito grande tenha vindo a degradar ligeiramente”, explica o investigador. “Não obstante, ainda vale muito a pena ter uma licenciatura para não estar em situação de pobreza”, alertou.

Fernando Diogo falava ao Açoriano Oriental à margem do colóquio “Pobreza, Exclusão Social e Políticas Públicas”, que de-

correu ontem no campus da UAç de Ponta Delgada, colocando algumas “hipóteses” sobre quem poderão ser os “licenciados pobres” em Portugal.

“A hipótese é de que sejam jovens, sobretudo mulheres, provenientes de classes mais baixas que fizeram uma licenciatura a custo e não seguiram para mestrado. Poderão também ser as primeiras pessoas da sua família a tirar uma licenciatura que deverá ser na área das ciências sociais, especialmente em humanidades”, constatou.

EDUARDO RESENDES



Fernando Diogo colocou algumas hipóteses sobre quem serão os licenciados pobres em Portugal

Questionado sobre que estratégias poderão ser aplicadas para inverter esta tendência, o professor universitário salienta que são necessárias “respostas estruturais que têm a ver com a especialização produtiva da economia portuguesa”, elencando “dois sentidos”.

“Por um lado, enfatiza-se muito em Portugal atividades que não são muito amigáveis dos licenciados, tais como a construção civil e o turismo. Ou seja, são precisas outras atividades económicas que enquadrem melhor os licenciados”, disse, identificando “por outro lado”, ser “preciso ter noção de que muitas pessoas licenciadas estão a trabalhar em áreas que não estão relacionadas com a licenciatura em que se formaram”.

“Por isso, será necessário fazer a reconversão destas pessoas que, sendo licenciadas, têm competências para fazer essa reconversão com mais facilidade”, considerou em declarações ao jornal.

Fernando Diogo, que foi um dos principais palestrantes do

## Licenciados pobres poderão ser mulheres jovens, com licenciaturas em humanidades

colóquio de ontem, salientou também que “a pobreza é um problema central no desenvolvimento” que, no caso português, “afeta uma parte significativa dos residentes”.

De acordo com o investigador, a educação tem “um impacto duradouro no posicionamento social dos indivíduos”, no entanto “pobreza e educação não se distribuem de forma uniforme no território nacional”, constatando-se “piores resultados nas regiões insulares”.

Além disso, segundo as suas investigações, “o impacto da pobreza na infância é maior do que a educação para definir a pobreza na vida adulta”.

“A pobreza infantil é especialmente gravosa em Portugal, comparativamente a outras categorias sociais. E a literatura mostra um impacto duradouro da pobreza infantil ao longo da vida do indivíduo e relaciona uma infância em pobreza com um baixo desempenho educativo e com pobreza na vida adulta”, concluiu na sua apresentação. ■